



Direcção da TACV apresenta a sua “verdade dos factos”

Centrais



Assalto encapuçado a nova onda do crime

Pág. 13

POLÍTICA

Pág. 2

MpD elege nova direcção Parlamentar
Pascoal aponta
desnorte na
Bancada ventoinha

CIFRÃO

Porto do Mindelo
será base
operacional da
frota espanhola

LANCE

Seleccção de
Basquete pode
falhar pré-olímpico

A pensar na sua segurança e na salvaguarda da sua habitação,
a GARANTIA criou o Seguro Garantia Lar,
oferecendo-lhe o melhor conjunto de garantias e vantagens...
...para si, ...para a sua família, ...para a sua habitação,
Durma tranquilo com a **Garantia Lar!**

O grupo parlamentar do MpD elege esta sexta-feira, 04, a sua nova direcção, tendo à testa Fernando Elísio Freire. Isto quando uma carta de António Pascoal Santos, dada esta semana à estampa, deixa a nu as mazelas da bancada do maior partido da oposição, mostrando o desnorde e o desânimo do grupo sob a liderança de Ulisses Correia e Silva.



Pascoal aponta desnorde na bancada ventoinha

Fernando Elísio Freire apresenta-se hoje aos seus pares para ser eleito presidente da nova direcção parlamentar. Além dele, integram a lista os deputados Miguel Sousa, Clemente Garcia, Filomena Delgado e Austelino Correia. Do grupo apenas Garcia vem da anterior direcção encabeçada por Ulisses Correia e Silva, que se demitiu há duas semanas, alegadamente, para se entregar por inteiro à sua tarefa de candidato à Câmara Municipal da Praia.

A eleição de hoje acontece, precisamente, na semana em veio a lume, através do "Expresso das Ilhas", uma carta do deputado António Pascoal Santos, vice-presidente da direcção parlamentar cessante, na qual dá conta das angústias e do desnorde que parecem ter tomado conta da bancada do maior partido da oposição. Na carta datada de 30 de Janeiro, o deputado do MpD comunica a sua renúncia ao cargo por discordar de um conjunto de problemas cujas soluções "não podem ser mais proteladas".

Pascoal fala do "esvaziamento" e até "desertificação crescente" do grupo não só a nível interno como também de determinadas representações (por exemplo comissões especializadas), chegando o fenómeno quase à raia da "singularização e individualização". A fazer fé no retrato que traça do seu próprio grupo, a responsabilidade de deputados profissionalizados e pagos com erário público anda desaparecida daquelas bandas. É que aquele parlamentar fala, inclusive, "da total negação e recusa de participação de outros colegas como todos sabem, com opções de priorização, intencional e estratégica, de outras participações e agendas e pessoais, fora do grupo parlamentar MpD", perseguindo com isso "objectivos políticos estranhos à filosofia política, aos princípios e aos interesses comuns e gerais do MpD".

Em suma, APS fala mesmo em "esquemas parasitários" instalados no grupo parlamentar, com "deslizamento, descarregamento, desonroso, desleal, vil e sacana, de responsabilidade para outros". E, sendo assim, o que devia ser um trabalho de grupo e equipa (a actividade parlamentar) acaba por ser uma missão para uns poucos "tarefeiros e bombeiros" do MpD, os mesmos "de sempre, com pequenas variantes, e nos quais me incluo, até esta data".

A este quadro de parasitismo, desleixo, incúria e outros adjectivos do género do seu partido, APS contrapõe "um adversário", o PAICV, "com vísceras de inimigo mortal, com todos os meios, sem escrúpulos, sem limites morais ou jurídicos, cruel e desumano, e cada vez mais habilidoso, estudioso, estratégico e maldosamente inteligente".

Pascoal Santos insurge-se também contra a manutenção de Ulisses Correia e Silva, depois de 31 de Dezembro último, no cargo de presidente da bancada, ao mesmo tempo que se envolvia, cada vez mais, com a sua candidatura à CMP.

Um outro ponto de descontentamento é a presença de Jorge Santos, líder do partido, na mesa do parlamento como segundo vice-presidente. Uma situação que o até agora membro da Direcção do Grupo Parlamentar do MpD considera "delicatíssima, melindrosa e mais que complicada e prejudicial" para o partido. Até porque, diga-se também, num sistema como o cabo-verdiano, não costuma ser comum o líder da oposição integrar a mesa, tendo em conta o papel que lhe cabe no confronto com o governo.

Na carta depreende-se também que o MpD continua a ser um partido a braços com "lutas intestinas" pela disputa do poder. Assumindo-se como vítima disso, o signatário acaba por recusar que tenha, neste processo, alimentado qualquer veleidade quanto a ser ele o novo líder parlamentar da bancada. "Quem pretendeu combater a 'minha candidatura' combateu moinhos de vento...", afirma.

Portanto, é neste quadro que o MpD elege hoje a sua nova direcção parlamentar, tendo à testa Fernando Elísio Freire, um nome que surge como "ponte" entre os diversos grupos actualmente existentes na bancada do MpD, depois de ter estado sobre a mesa a possibilidade de Filomena Delgado. Isto é, segundo uma fonte, Freire surge "não por ser a melhor carta do baralho", mas por ser um dos poucos deputados que consegue "estabelecer pontes entre uns e outros, embora não tenha muitas afinidades com o grupo de Pascoal Santos ou Humberto Cardoso, Janine Lélis e outros". Ademais, Freire conta com a confiança pessoal do presidente do MpD, Jorge Santos, de quem é cunhado.

Aliás Pascoal Santos assume-se como carta fora do bara-

lho dos elegíveis, pois ele mesmo diz saber que nunca seria convidado Sem "pormenores incómodos". "Os melhores são sempre os que são escolhidos, mesmo que os reais interesses profundos do partido recomendassem que fossem escolhidos outros". Acrescentado que "isso já são outros quinhentos, já é outra história, a história da doença infantil e dos síndromas básicos de amnésia, permanente crise de identidade, má consciência, autoperversão, autonegação, autodestruição, de retaliação intestina, de Caim contra Abel, do esbracejar agitado de egos politicamente descontrolados, de caciquismos e patronalisms renitentes e estruturalizados, de sebastianismos mistificadores, de personalismos estúpidos, indignos e regressivos, em resumo a história das taras e das profundas tendências esquizofrénicas e suicidas do MpD".

Mas a carta de Pascoal Santos tem outros méritos, que extrapolam o seu partido, para abranger todo o sistema parlamentar, que é a "indisponibilidade" para o trabalho por parte de certos deputados em favor das suas actividades particulares. Note-se que depois de muito alarde, os deputados acabaram por ser profissionalizados em 2001, auferindo desde então o mesmo salário que um secretário de Estado (145 contos). Na verdade, em vez de se dedicarem ao trabalho parlamentar, não são poucos os que advogam, leccionam, cuidam dos seus negócios e biscates, aparecendo na Assembleia Nacional apenas para participar em uma ou outra sessão, ou então para reclamar as regalias a que se acham no direito de ter sempre (salários, ajudas de custo, viagens pelo país e estrangeiro, subsídios, etc., etc).

Neste quadro, segundo uma fonte, o parlamento cabo-verdiano não pode neste momento ser mais do que é, com a agravante de no caso da oposição, o trabalho de fiscalização da actividade governativa se resumir a perguntas mensais e uma ou outra interpelação ao governo. "Há coisas nesta carta que devem levar as pessoas a reflectir, independentemente da sua bancada, ou independentemente de se gostar ou não do Pascoal Santos ou das coisas esquisitas que ele às vezes diz. A carta dele é um alerta para todos os que se preocupam com o funcionamento do parlamento em Cabo Verde", conclui a referida fonte.

Ulisses entrega listas para CMP

Ulisses Correia e Silva, candidato do MpD à Câmara Municipal da Praia, entrega hoje as suas listas ao Tribunal desta Comarca. Filomena Delgado é a aposta ventoinha para a Assembleia Municipal, soube **A Semana**.

De acordo com o calendário eleitoral, o prazo para a entrega das candidaturas decorre de 29 de Março até 8 de Abril. Portanto, a quatro dias do término do prazo, Ulisses

Correia e Silva procede hoje à entrega das suas listas ao Tribunal da Praia, um dia depois de o candidato da UCID, José Manuel Veiga, ter feito isso.

De acordo com uma fonte, as listas do MpD deverão conter algumas surpresas. Para já, a aposta para a Assembleia Municipal é Filomena Delgado, que terá como oponente Edeltrudes Neves, do PAICV. Correia e Silva, que conta com

Eurico Monteiro como seu mandatário, vai ter como seu director de campanha José Tomás Veiga.

Dificuldades

Entretanto, informações chegadas até ao **A Semana** dão conta que o MpD está a enfrentar algumas dificuldades para fechar as suas listas no Tarrafal (S.Nicolau), S.

Filipe (Fogo) e São Lourenço dos Órgãos (Santiago).

Alegadamente, os cidadãos que o partido gostaria de incluir nas listas para aqueles concelhos não estão disponíveis e os disponíveis nem sempre são os mais recomendáveis. Perfil «oblige». Ontem, por exemplo, o MpD corria a toque de caixa para concluir as listas em São Salvador do Mundo (Picos), ilha de Santiago.

Gualberto enfrenta as massas

A Alternativa S.Vicente, grupo independente liderado por Gualberto do Rosário e que concorre à CMSV nas eleições de 18 de Maio, apresenta-se hoje no seu primeiro comício na Cidade do Mindelo. O meeting acontece às 19h30, na zona da Praça Nova. Leão Lopes, José António Lopes e Ana Santiago são alguns dos “rostos” da Alternativa que tem como adversários Isaura Gomes (MpD), Onésimo Silveira (PAICV) e António Monteiro (UCID).

Dando curso ao seu programa, a Alternativa S.Vicente apresenta-se hoje naquela que é a sua primeira grande prova de fogo entre os mindelenses. Às 19h30, à frente do Mindelhotel, Praça Nova, Gualberto do Rosário e os seus companheiros vão falar do seu programa municipal para a ilha.

Dos quatro concorrentes, apenas Gualberto do Rosário não se apresentou ainda num comício aos eleitores mindelenses. Na semana passada, por exemplo, foi a vez de Isaura Gomes subir ao palanque, montado na Rua de Lisboa, para soltar o verbo sobre os seus adversários, e mostrar que não vai deixar os seus créditos por mãos alheias. A assistência, essa, terá ficado aquém do esperado, a acreditar no que se viu e, sobretudo, naquilo que o MpD já foi capaz noutros tempos.

E, dadas as condições em que a candidatura de Gualberto do Rosário surgiu, as expectativas em relação ao teste de logo mais são, digamos, consideráveis. No mínimo poderá servir de um barómetro quanto ao que pode vir a ser a participação da Alternativa nesta corrida que tem Isaura Gomes (MpD), Onésimo Silveira (PAICV) e António Monteiro (UCID) como seus adversários directos.

Além de Gualberto do Rosário, para a Câmara Municipal, a Alternativa S.Vicente concorre, entre outros, com Leão Lopes, João Lizardo, Ana Matos e Daniel Ferreira. E para a Assembleia Municipal, a lista integra José António Lopes, Carlos Melício, Antero Andrade, Tito Coronel, Lina Monteiro Matos, Ana Santiago e Daniel Bartolomeu Gomes.

O comício de hoje, segundo Gualberto do Rosário, integra-se no rol das actividades que a Alternativa S.Vicente vem realizando, tendo como meta a Câmara Municipal da ilha do Porto Grande. “Já estamos organizados”, diz quando abordado por **A Semana**. “Além da nossa



sede de campanha, temos sedes em vários outros bairros da ilha. Ao mesmo tempo já fizemos visitas e contactos institucionais, nomeadamente nos bairros, com agremiações e organizações ligadas ao

desporto, cultura, juventude, etc. Até o dia 17 do corrente contamos realizar vários outros encontros, para entrarmos definitivamente em campanha aberta”.

A este jornal Gualberto do Rosário

confessa não ter na sua posse nenhuma sondagem, mas que dos contactos e sinais que tem vindo a recolher no terreno o seu “feeling” não podia ser melhor. “O meu feeling é para a vitória”, afirma.

O confronto prometia. No mesmo dia, na mesma hora, no mesmo espaço, assim o PAICV e o MpD decidiram agendar os seus comícios para apresentar os respectivos candidatos à Câmara Municipal de Santa Catarina. Apesar do perigo que pairou sobre o local, os “*estragos*” ficaram pelas palavras. Jorge Santos acusou José Maria Neves de patrocinar actos de vandalismo (comício do PAICV) e JMN contrapôs que “*burro ta dexadu na ladera*”, referindo-se ao meeting do MpD. Até 18 de Maio é bem capaz de haver mais... animação.



“Burros” e “vândalos” encontram-se na Assomada

O que devia ser apenas mais um comício, igual àqueles que estes dias vão tomando conta dos fins-de-semana dos cabo-verdianos, acabou por ser um “*duelo*” à boa maneira tamarina e ventoinha. Uma semana depois, os dois partidos continuam a trocar palavras sobre os mimos desferidos no calor da refrega por Jorge Santos e José Maria Neves. O primeiro por ter classificado de puro “*vandalismo*” o comício do PAICV e o segundo por comparar os seus adversários a “*burros*” e que, como tal, devem ser deixados “*na ladera*”.

Nisso tudo, o que disseram os candidatos dos dois partidos à Câmara Municipal, Alcídio Tavares (PAICV) e Francisco Tavares (MpD) ninguém mais se lembra. Até porque, verdade seja dita, a lista de promessas de um e de outro não difere muito do que os outros candidatos, por este Cabo Verde fora, vão dizendo nos dias que correm. Ainda por cima, os candidatos dos dois partidos vão todos ostentando as mesmas cores (com predominância do vermelho), os lenços que os pioneiros no tempo do partido único utilizavam agora é marca ventoinha, baralhando ainda mais os menos atentos e avisados. Resta, portanto, o “*fait-divers*”, a anedota... Inclusive a que levou Kaká Barbosa, embalado pela “*ressaca*”, o sol e outros euforias a apresentar José Maria como Carlos Veiga. “*O homem que fez muito por Cabo Verde a quem este país deve muito sobretudo pelo amor e a entrega que ele dedica a estas ilhas. O líder e presidente do PAICV, dr. Carlos Veiga*”. Foi preciso que alguém, David Hopffer Almada, soprar-lhe ao ouvido que a festa era de JMN.

OMpD diz que foi o primeiro a comunicar à Câmara Municipal o evento, mas que por ser da sua cor política a CMSC cedeu o espaço ao PAICV – os dois visados, como era de se esperar, desmentem esse facto.

Através de Mário Fernandes, o MpD veio lembrar na quarta-feira que, em democracia, as manifestações não estão sujeitas a qualquer

autorização administrativa ou policial e que por isso decidiu levar adiante o seu meeting de Assomada, mesmo sem autorização camarária ou da PN.

Enfim, marcado para as 12 horas de sábado, o comício do MpD só começou pouco antes das 15 horas, conforme a reportagem de **asemanaonline**. Abertas as hostilidades, prometendo uma campanha baseada na seriedade, oportunidade e ambição, Francisco Tavares tratou de atacar a gestão autárquica do PAICV nestes oito anos, acabando por concluir que a “*Cidade de Assomada hoje está pior do que a vila de Assomada de 2000*”.

No mesmo local, os tamarinas foram atrasando a sua festa o mais que podiam para esta não cruzar com a do MpD. Assim, o comício que estava marcado para as 14h30 teve de começar às 16h30. Dizendo-se com “*muita força*”, Alcídio Tavares prometeu “*voltar Santa Catarina de rosto para o mar*”. Atrair investimento estrangeiro, valorizar o litoral do concelho e uma acção virada para os jovens são algumas das suas metas.

GUERRA DE PALAVRAS

Na guerra de palavras sobre a escolha da hora e do local para a realização dos comícios, os que se mostraram mais agressivos foram os presidentes dos dois partidos, José Maria Neves e Jorge Santos.

A subir a Rua do Cutelo estava o palco ventoinha, que tinha as suas colunas não só viradas para o seu público como para o lado do PAICV. O grupo de batucadeiras, que actuava no comício pouco mais acima – o do PAICV – ia, por seu turno, abafando os discursos ventoinhas. A poluição sonora estava instalada e, assim, cada um dos partidos foi anulando a missão de fazer chegar a mensagem ao eleitor.

Na troca de mimos, Jorge Santos afirmou que o comício organizado pelo PAICV era um “*acto de vandalismo patrocinado pelo*

primeiro-ministro que mostra que a nossa democracia está em perigo, devido à ausência de autoridade”. Já José Maria Neves foi para a liça contando que, ao ser abordado pelo comandante da polícia sobre o que fazer já que o MpD não desistia do seu comício nem aceitava negociar a hora, disse à PN que deixasse aquele partido fazer o seu meeting porque, como se diz em Santiago, “*burro ta dexadu na ladera*”.

Instalada a confusão (sonora) é preciso reconhecer que nesse dia o diabo preferiu outras bandas em vez de se aproveitar da conflitualidade instalada na Assomada. E, por incrível que pareça, findo os comícios, não se registou nenhuma escaramuça ou problemas de maior. Até porque, avisada, além de colocar agentes no local, a Polícia tratou de dividir ao meio a rua onde os comícios tiveram lugar. Como sempre, no meio do mar de bandeiras, havia quem, circulando de um lado e doutro, se ia divertindo com a cena criada pelo PAICV e MpD. Até 18 de Maio, dia em que o eleitor fará a sua justiça, é bem capaz de haver mais... animação. E não vá o diabo tecê-las, desta feita, o MpD avisa que já solicitou o mesmo espaço para os seus comícios a 1 e 16 de Maio.

MEIA CULPA

Uma semana depois, o MpD e o PAICV continuam a trocar “*bocas*” sobre o sucedido sábado passado na Assomada. Através de Mário Fernandes, na quarta-feira, o maior partido da oposição exigiu, do primeiro-ministro um pedido formal de desculpas aos militantes e simpatizantes do MpD por tê-los chamado de “*burros*”, classificando de “*nojenta*” a atitude de José Maria Neves, feridora da “*dignidade humana*”.

JMN, esse, no mesmo dia, negou que tenha chamado “*burros*” aos ventoinhas, explicando em que contexto a expressão – “*burro ta dexadu na ladera*” – foi utilizada.

Uma semana depois, Neves reconhece que quando descontextualizada a expressão é dura, preferindo por isso retirá-la do seu discurso, sem porém formular qualquer pedido de desculpa por considerar a exigência do MpD um despropósito.

Desculpas à parte, e dizendo-se indignado e profundamente ofendido com a forma como o MpD e o seu líder vêm actuando, JMN defende que é chegada a hora de se fazer política em Cabo Verde com elevação. “*É momento de dizer basta*”, afirma, acrescentando que a política “*não é uma relação de amigo-inimigo, mas antes uma actividade nobre que deve ser feita com educação e nobreza de espírito*”.

Ontem, no fim da tarde, Jorge Santos apareceu para reiterar as acusações a José Maria Neves como um político corrupto e mentiroso. “*Eu reafirmo que o governo do dr. JMN é dos mais corruptos e que mais tem faltado à verdade em Cabo Verde*”, afirmou.

O incidente de Assomada, se assim se lhe pode chamar, gerou no fórum de **asemanaonline** uma infinidade de comentários, alguns dos quais verdadeiras lições de como estar em política. Nisto não falta quem cite o alemão Carl Schmitt para contrariar “*esse maltrapilho de nome Zé*”, e dizer-lhe que política é sim coisa de “*amigo/inimigo*”.

Para o leitor Jorge Alberto, “*se os políticos passarem a exigir desculpas aos seus adversários pela linguagem que os mesmos utilizam durante os comícios das campanhas eleitorais, teriam todos de andar com vários sacos de desculpas às costas. São tantas as asneiras que se ouve a ponto de serem hoje consideradas normais. Isso depois de tantas e tantas queixas apresentadas à justiça, mas que não passaram disso mesmo. E quando alguém é chamado à atenção por qualquer barbaridade que diz, responde que são coisas de campanha!*”.

Será que os políticos e os juízes lêem os fóruns de **asemanaonline**? JVL/GA

BOAS NOVAS SEMPRE NA HORA CERTA



ANTÓNIO NEVES

“
Os factores susceptíveis de contribuir, grandemente, para o desenvolvimento do país, e que têm estado a despontar de forma sequencial (há quem pense que o avanço de Cabo Verde nesta etapa está acelerado demais!), apenas confirmam a teoria dos perseverantes: que há um tempo de sementeira e um tempo de colheita (ninguém ainda conseguiu plantar e colher simultaneamente), e que os que “semeiam em pó”, com boa-vontade e afincadamente, com chuva ou sem ela como é o caso do nosso povo, desde que esteja superiormente orientado, acaba sempre por colher.
 ”

O colhimento de frutos de uma sementeira, mesmo quando ela é feita “*por amor à terra*”, poderá tardar por razões de força maior, devido, p.e., à escassez de chuva, falta de água nas ribeiras, à qualidade do estrume e de condições pouco propícias dos solos e, por vezes, agravado ainda por falta de recursos financeiros e materiais. Mas o agricultor calejado, perseverante, habituado às peripécias que a natureza de vez em quando prega, sabe que “*depois da tempestade vem sempre a bonança*”.

Fazendo uma analogia entre o acima exposto e o desenvolvimento de um pequeno arquipélago atlântico, onde homens e mulheres aprenderam desde muito cedo a driblar as dificuldades, vê-se que o remédio é continuar a cultivar a terra imbuída de esperança e muita coragem, contando sempre com dias melhores que hão-de vir. Na certeza de que ao chegar o momento da colheita, os resultados poderão não corresponder às expectativas do sementeiro, mas acabam, mesmo que seja em parte, por recompensar o esforço do seu labor.

O que se passa, no actual contexto, com as nossas belas ilhas, não é e nem podia ser mera coincidência: os êxitos que têm vindo a verificar-se em Cabo Verde são a mais pura realidade, e parece que têm por finalidade fazer jus ao velho e sábio provérbio popular, “*quem espera sempre alcança*”. Sempre foi assim: os resultados podem demorar, mas chegam na hora própria, dando razão aos que dizem que tudo tem o seu tempo, uma frase feita mas prenhe de significados.

Com o passado ano de 2007 (um marco importante no desenvolvimento do arquipélago) já na sua recta final, o nosso país viu-se, duma assentada, contemplado com três grandes instrumentos que, para além do prestígio que encerram, irão servir para projectar Cabo Verde (nos cerca de 33 anos de independência nacional) a um patamar mais elevado de sempre, nomeadamente, nos aspectos socioeconómico e político. Refiro-me, como é óbvio, à graduação de Cabo Verde a PDM; à nossa entrada na OMC; e ao Acordo de PE estabelecido com a UE.

Os referidos acontecimentos servem, de certo modo, para confirmar que as boas novas, a recompensa pelo esforço que o nosso país tem vindo, ultimamente, a receber, não é nem uma questão de sorte, nem uma espécie de fluxo de maré. É a chegada do momento da colheita de frutos amadurecidos, resultantes das sementes em boa hora lançadas e que continuam a ser pacientemente regadas desde o início de Julho de 1975, que veio para durar.

E tudo indica que o país vai continuar a colher mais e mais, tanto neste 2008 como nos anos vindouros. De preferência, com a actual equipa, que é assim tipo um “Manchester United”, comandado por um treinador de luxo, do calibre de um Sir Alex Fergusson, que tem à disposição uma plêiade de jogadores da estirpe de um Cristiano Ronaldo, de um Nany (é um gozo tremendo ver os saltos mortais deste jovem, de origem

cabo-verdiana, depois de cada uma das bolas que introduz na baliza adversária), ou ainda de um Anderson, formando os três um compound luso-cabo-brasileiro, que não se pode deixar de apontar um notável “defeito”: só aceita jogar sob a condição de suar as camisolas!

Os factores susceptíveis de contribuir, grandemente, para o desenvolvimento do país, e que têm estado a despontar de forma sequencial (há quem pense que o avanço de Cabo Verde nesta etapa está acelerado demais!), apenas confirmam a teoria dos perseverantes: que há um tempo de sementeira e um tempo de colheita (ninguém ainda conseguiu plantar e colher simultaneamente), e que os que “*semeiam em pó*”, com boa-vontade e afincadamente, com chuva ou sem ela como é o caso do nosso povo, desde que esteja superiormente orientado, acaba sempre por colher. E quando isso acontece, não adianta achar que é cedo ou tarde: é o momento próprio, embora há muito esperado!

Para que não se perca o hábito adquirido no vencimento das pequenas e médias batalhas do passado (estamos em vias de poder falar em direito adquirido!), a luta que o Governo actualmente trava deverá ser transformada no grande combate que nos levará a atingir a dinâmica do desenvolvimento sustentável, uma espécie de chave-mestra para a entrada na faixa de velocidade cruzado, um desejo sempre acalentado pelo nosso povo.

Desta feita, e para não variar, a grande novidade (como um *oie-lòrgue* fresquinho apanhado na rede, a saltitar), que chegou no seguimento do encontro de Autarcas de Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, realizado na cidade de Mindelo, presenciado por altas individualidades nacionais e estrangeiras, é a de que Cabo Verde vai poder, a breve trecho, integrar aquela Confederação como membro de pleno direito.

No caso de tal desiderato se concretizar (é uma premissa que parece estar a tomar um rumo de irreversibilidade) será, com certeza, mais uma pedra colocada no alicerce do crescimento dos dois dígitos, que o Chefe do Executivo, J M Neves, tem estado a prognosticar, descomplexadamente, desde que assumiu a rédea da governação do país. Na altura em que, pela primeira vez, o primeiro-ministro fez tal menção, alguns, incrédulos, teriam torcido o nariz (é possível que eu esteja incluído nessa lista!), mas, cedo, viu-se que afinal o país caminha a passos largos naquela direcção.

Estou certo que a integração constituir-se-á em mais uma prova de que, quando os líderes conseguem aliar ao desejo de fazer mais e melhor com a competência e capacidade de realizar os desígnios que traçaram para alcançar objectivos supremos de desenvolvimento nacional, acabam sempre por vencer todos os obstáculos. O que se espera é que ser membro da referida Confederação possa pressupor, para as nossas Autarquias, o usufruto de alguns frutos (lê-se fundos), a exemplo do que acontece com

os actuais membros dessa Organização, que têm o privilégio de receber substanciais recursos para o seu desenvolvimento. Assim sendo, poder-se-á dizer que a sementeira feita através do Acordo de PE com a UE começou já a florir.

Outro aspecto de actualidade digno de nota, é o elevado grau que o país tem vindo a alcançar no campo da informática. Graças ao excelente e aturado trabalho que a NOSI (Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação) tem estado a desenvolver, Cabo Verde é hoje uma importante referência no domínio da dita tecnologia, desempenhando um papel primordial no campo da administração e governação electrónica (a criação de uma empresa num único dia é um evento espectacular), a ponto de impressionar a **Microsoft** positivamente.

A prova da boa impressão que a NOSI causou aos dirigentes daquele gigante mundial no referido ramo, ficou patente no facto de terem feito com que altos responsáveis pela governação de Burkina-Faso visitassem Cabo Verde, a fim de se inteirarem da nossa já profícua experiência, com vista a estudarem a hipótese da sua adaptação no seu país, nossa parceira na CEDEAO.

Continuando na senda de sequência de boas novas, penso que é, também, de justiça incluir no lote de frutos colhidos a avaliação positiva feita pelo FMI no que concerne à situação macroeconómica do país. As elevadas notas que essa credível Organização atribuiu a Cabo Verde (na quarta avaliação consecutiva desde o início do programa) nos mais variados aspectos: no desempenho da economia; no crescimento considerado forte; inflação moderada; diminuição da dívida pública, etc., é uma recompensa do esforço dispendido no cumprimento da plataforma sufragada pelo eleitorado nacional.

Entretanto, e para não quebrar a cadeia das citadas “colheitas”, foi recentemente assinado, entre Cabo Verde e Japão, mais um contrato de empréstimo no valor de mais de três biliões de escudos para utilização no sector de energia, considerado hoje o calcanhar de Aquiles e que afecta, em particular, a cidade da Praia. A resolução desse problema bicudo, irá contribuir para a melhoria da qualidade de vida na capital do país e trazer, com certeza, maior disposição e paz de espírito aos governantes, para se debruçarem sobre questões idênticas que também apoquentam outras parcelas do país.

Termino com esta nota: o uso, neste texto, de uma linguagem metafórica baseada em sementeiras e colheitas (um modo de vida secular e muito prestigiado pelo camponês cabo-verdiano) para narrar boas novas, é uma singela homenagem ao meu (nosso) país, pela excelente performance conseguida nos mais variados aspectos da vida nacional, esperando que esses resultados contribuam, também, para ajudar a ultrapassar as vulnerabilidades que ainda persistem.

TACV - a verda

A TACV - Cabo Verde Airlines encontra-se em plena fase de reestruturação e expansão, um processo alicerçado em medidas de gestão coerentes com os objectivos traçados, que consistem em recuperar financeiramente e dar robustez económica à empresa, projectando a sua sustentabilidade e transformando-a num negócio rentável capaz de atrair, no quadro da sua futura privatização, parceiros de qualidade. Os resultados até agora conseguidos garantem, sem qualquer dúvida, que o projecto de gestão em curso está votado ao êxito, não obstante as várias tentativas de resistência, de ordem interna, que tem sofrido.

Os números são claros e desmentem frontalmente o quadro negro com que, imbuídos da mais profunda má-fé, os signatários da “Carta Aberta” publicada na edição 841 deste periódico procuraram, numa tentativa grotesca e obviamente mal intencionada, desvalorizar os esforços que a actual equipa de gestão vem fazendo no sentido de tirar a empresa da situação em que a encontrou.

A análise dos dados não deixa lugar a quaisquer interpretações dúbias e servirá para esclarecer cabalmente a opinião pública, pondo a nu a falsidade das boas intenções e do alegado sentido de responsabilidade que os autores da referida carta afirmam ter em relação à TACV.

EM FRANCA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA

-Em 2005, antes do início do processo de reestruturação e expansão, a empresa registou resultados correntes negativos de 739 mil contos, que foram reduzidos para 226 mil contos em 2006 e para 204 mil contos em 2007, de acordo com estimativas seguras.

Os resultados líquidos negativos também sofreram uma evolução substancialmente favorável nesse período, passando de 280 mil contos em 2005 para 401 mil contos no ano seguinte, tendo-se fixado em 240 mil contos em 2007 de acordo com as mesmas estimativas, que projectam resultados líquidos positivos já para o final do exercício de 2008.

O combate à desorganização existente anteriormente, o fim dos favoritismos e a eliminação de algumas regalias e privilégios indevidos que beneficiavam certos grupos profissionais, o rigor introduzido no cálculo e na atribuição de remunerações acessórias, a reestruturação do quadro de pessoal, a racionalização das estruturas funcionais, os esforços de rentabilização das operações e a mobilidade e reafecção dos quadros de acordo com a sua utilidade para a empresa foram algumas das medidas tomadas que permitiram à TACV iniciar o caminho que deverá conduzir à sua sustentabilidade definitiva.

É essa certeza, alicerçada nos resultados já visíveis, que anima a direcção da companhia, encorajando-a a prosseguir na via certa, sem se preocupar com o facto de estar a prejudicar interesses pessoais e de grupos que, mais do que servir, querem servir-se da TACV em seu benefício próprio.

O VALOR DOS QUADROS NACIONAIS

A “Carta Aberta” aos cabo-verdianos, que supostamente reflecte os sentimentos de “*todos os trabalhadores*” da empresa, sendo reveladora de um chauvinismo mais ou menos encoberto, revela igualmente uma gritante falta de respeito para com os quadros nacionais que, nos mais diferentes sectores,

Em 2005, antes do início do processo de reestruturação e expansão, a empresa registou resultados correntes negativos de 739 mil contos, que foram reduzidos para 226 mil contos em 2006 e para 204 mil contos em 2007, de acordo com estimativas seguras.

são quem verdadeiramente dirige a TACV.

Afirmando que as estratégias de gestão, nomeadamente o plano de negócios da companhia, são “*concebidas no estrangeiro e por pessoas estranhas*” à empresa, os autores da carta, cujas posições certamente não acolhem, nem de longe nem de perto como reivindicam, a anuência de “*todos os trabalhadores*”, esquecem-se que na estrutura directiva da TACV, a esmagadora maioria, 11 num total de 13 elementos, são quadros nacionais que, há décadas, também vêm dando o melhor do seu trabalho à companhia.

Não será por estarem integrados numa equipa de gestão cujas políticas e medidas, por razões que estão mais do que evidentes, não são do agrado dos signatários, que estes se devem sentir no direito de enxovalhar a dignidade e a idoneidades desses colegas, acusando-os de seguidismo e de aceitação passiva de imposições externas que atentam contra os interesses do país e da empresa, uma vez que tal postura apenas desacredita quem, repetida e pomposamente, na sua “*Carta Aberta*”, diz ser detentor de apurado sentido de responsabilidade e seriedade.

Por outro lado, impressiona a ligeireza com que, sem terem o cuidado de se munirem das informações correctas, os auto-intitulados salvadores da TACV analisam a situação da companhia, avançam alguns números que são completamente falsos e manipulam outros que descontextualizam para tentar mostrar uma realidade que está longe de corresponder à situação actual da empresa.

TAXA DE OCUPAÇÃO ELEVADA

Gritante, neste particular, é o caso da taxa de ocupação dos voos internacionais, que dizem ter sido de 39 por cento em Dezembro de 2007. Na verdade, o Cabine Factor foi de 64 por cento, o que pode ser considerado um resultado excelente para qualquer companhia do mundo.

Os voos para Londres, também referidos como uma operação fracassada, continuam a ser uma das grandes apostas do plano de expansão da TACV. A sua suspensão ficou a dever-se apenas a razões de mercado e a situações alheias à companhia. O término da época alta e os atrasos registados na abertura do Sambala Village, na ilha de Santiago, assim como a escassez da oferta dos hotéis da ilha do Sal, determinaram a suspensão temporária dessa ligação semanal, que vai ser retomada em Junho, tendo em conta a mais-valia financeira que a companhia projecta obter com esse negócio.

De qualquer forma, durante os cinco meses de operação, os voos para Londres transportaram cerca de 1.200 passageiros, com receitas estimadas em cerca de 440 mil euros, resultado que poderia ser muito melhor não fossem os atrasos verificados na abertura do Sambala Village, que constitui o principal destino do mercado britânico em Cabo Verde.

MISTIFICAÇÕES

Outra mistificação com que os signatários da “*Carta Aberta*” pretendem manter a opinião pública cabo-verdiana tem a ver com os voos semanais para Varsóvia, seguramente uma das operações mais rentáveis da TACV, o que também é facilmente comprovável através dos números.

Trata-se de um voo charter com um Block Space de 100

de dos factos

por cento, o que quer dizer que todos os riscos comerciais são da inteira responsabilidade de quem o contratualizou, neste caso a empresa polaca ITAKA.

Disso resulta que, para a TACV e para efeitos de facturação, os cerca de 20 voos já realizados tiveram uma taxa de ocupação de 100 por cento e que foram transportados 4.200 passageiros, o que rendeu à companhia receitas brutas de cerca de 2,5 milhões de euros no total, cobrados antecipadamente.

Por razões de confidencialidade do negócio, uma vez que a TACV está perante uma concorrência feroz nos mercados onde opera, não se pode entrar nos pormenores financeiros dos contratos, como pretendiam os signatários da “*Carta Aberta*”.

Para esclarecer a opinião pública em relação a essa operação, que serviu como termo de comparação com os voos de Fortaleza, basta dizer que as receitas ultrapassam, de longe, os custos de operação da aeronave utilizada, o B757, cobrindo também o leasing do B757 afecto à linha de Fortaleza.

Qualquer leigo em matéria de aviação saberá que determinadas rotas poderão não ser rentáveis em certos momentos, sendo as companhias obrigadas a combinar operações para que, globalmente, os resultados sejam positivos.

É o que acontece com Varsóvia e Fortaleza, constituindo as duas operações, no seu conjunto, bons negócios para a TACV, uma vez que, dos 210 passageiros que embarcam na Polónia, 130 têm como ponto de desembarque o Brasil, utilizando a ilha do Sal como hub, e os restantes 80 destinam-se ao mercado turístico cabo-verdiano.

TACV DOMINA LISBOA

Também noutras frentes do seu negócio, a Cabo Verde Airlines fez algumas opções ditadas pela situação interna e pelas necessidades do mercado. Exemplo disso é o acordo com a Travel Service, que opera na linha de Lisboa.

Independentemente de alguns constrangimentos existentes, nomeadamente relacionados com os problemas de comunicação entre a tripulação e os passageiros, que a TACV está empenhada em resolver, essa parceria tem-se mostrado vantajosa, designadamente no que toca aos custos da operação, e pelo facto de esses voos não registarem atrasos significativos, como acontece com muitos daqueles que são operados pelos aviões e pelo pessoal da companhia.

A situação da rota de Lisboa merece, aliás, ser analisada com maiores pormenores, uma vez que também é apontada na “*Carta Aberta*” como um exemplo da ineficácia da direcção da TACV.

A informação avançada de que a companhia terá perdido a sua posição dominante, passando de uma quota de mercado de 55 para 35 por cento, é mais uma tentativa de falsear a realidade e confundir a opinião pública.

A TACV terminou o seu exercício operacional de 2007 com uma quota de 63 por cento desse mercado, e o número de voos realizados foi de 429, com um total de 54.245 passageiros transportados, o que representa uma taxa de ocupação dos aviões de 68 por cento. As vendas ultrapassaram os 12 milhões de euros, tendo aumentado 2 por cento em relação a 2006.

AS CAUSAS DOS ATRASOS

Também é, no mínimo, curioso que a “*Carta Aberta*” aos cabo-verdianos se refira aos atrasos dos voos da TACV para ilustrar a alegada gestão “*ruinosa, caótica e incompetente*” da companhia, e que tenha sido justamente a classe dos pilotos a única a reivindicar a autoria da missiva.

Numa coisa a direcção da empresa está de acordo com os signatários: a par dos condicionalismos ditados pelos mercados, os atrasos são, seguramente, o principal factor de descrédito de uma transportadora área, uma vez que prejudicam a sua imagem junto dos clientes, obrigam a frequentes e onerosos reajustes operacionais, comprometem a organização e sujeitam a companhia ao pagamento de pesadas multas e ao agravamento dos custos dos serviços prestados nos aeroportos, entre outros.

Por isso, a direcção da TACV entendeu dever apontar, de forma inequívoca e para esclarecimento da opinião pública, quais são os principais motivos dos atrasos com que os seus passageiros se vêm confrontados nos últimos tempos.

Causas de atrasos dos voos da TACV: apresentadas por ordem decrescente, aparecem em primeiro lugar as causas ligadas ao Pessoal Navegante Técnico, ou seja, os pilotos, com 29,8 por cento. Seguem-se as questões relacionadas com a rotação dos aviões e com os passageiros, responsáveis por 16,6 por cento dos atrasos. Factores não codificados pela IATA (12 por cento), conexão de passageiros (10 por cento), avaria de aeronaves (8,3 por cento), congestionamento das rampas dos aeroportos (7,7 por cento), carregamento dos aviões

(7,3 por cento), reprogramação dos voos (5,7 por cento) e Pessoal Navegante de Cabine (3 por cento), são as outras causas estatisticamente comprovadas, e que motivaram os atrasos, numa média de hora e meia, de 5278 (55 por cento) voos da companhia em 2007.

Refira-se ainda, e cada um é livre para interpretar os dados como entender, que dos 10.591 voos realizados em 2007, mais de 90 por cento foram operados com os aviões e pelo pessoal da TACV.

BOM PAGADOR

Quanto aos compromissos financeiros da empresa, também referidos na carta, a actual direcção da TACV continua a fazer justiça a uma tradição da empresa, que sempre manteve em dia os seus compromissos com os fornecedores e os seus trabalhadores. A companhia não tem dívidas vencidas e as despesas correntes, na ordem das centenas de milhar de contos, são pagas atempadamente.

Com a banca, a que recorreu no passado para resolver problemas pontuais de liquidez, não tem, neste momento, qualquer dívida, e o mesmo se diga em relação aos trabalhadores. Os salários, cuja massa anual é de cerca de 1.342 mil contos, dos quais aproximadamente 31 por cento (413 mil contos) se destinam ao pagamento dos vencimentos e subsídios dos pilotos e do Pessoal Navegante de Cabine, são pagos religiosamente.

Outra questão levantada relaciona-se com os salários do director-geral da companhia. É necessário esclarecer que o contrato de Gilles Filiathreault é com a consultora contratada pelo governo para proceder à reestruturação da empresa, a Sterling Merchant é que é a entidade que lhe paga.

Finalmente, uma abordagem à questão do plano de expansão da TACV, que os signatários da “*Carta Aberta*” afirmam não existir mas cujas virtualidades são postas em evidência pela agressividade que a companhia tem colocado na consolidação das rotas já existentes e na abertura de novas linhas, que já começam a mostrar-se rentáveis.

Mais uma vez deve-se questionar as razões que animam os autores a pôr em causa um instrumento de gestão que traz resultados encorajadores à companhia: será porque, com a sua implementação e com a nova dinâmica operacional da TACV, diminuíram drasticamente as estadias no estrangeiro e, com isso, os per diem de 105 euros diários pagos ao pessoal navegante? Fica a pergunta.

Causas de atrasos dos voos da TACV: apresentadas por ordem decrescente, aparecem em primeiro lugar as causas ligadas ao Pessoal Navegante Técnico, ou seja, os pilotos, com 29,8 por cento. Seguem-se as questões relacionadas com a rotação dos aviões e com os passageiros, responsáveis por 16,6 por cento dos atrasos.

COMISSÃO INSTALADORA DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO

ANÚNCIO DE CONCURSO

A Comissão Instaladora da Ribeira Grande de Santiago em colaboração com Projecto AMS 2435-00/06 – Apoio à Associação dos Municípios de Santiago - Planeamento Municipal, financiado pela Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento, promove o presente concurso para a elaboração do Plano Director Municipal, conforme as indicações descritas no Programa do Concurso.

O presente concurso destina-se a aquisição de serviços de elaboração de um Plano Director Municipal, sob orientação e com acompanhamento do Gabinete Técnico da Comissão Instaladora. Os prazos para a sua elaboração constam no Caderno de Encargos do presente concurso.

As informações contidas neste anúncio encontram-se detalhadas e complementadas Programa do Concurso.

TERMOS DE CONCURSO

Entidade Promotora

O concurso é promovido pela Comissão Instaladora da Ribeira Grande de Santiago.

Toda a correspondência respeitante a este concurso deverá ser dirigida para o seguinte endereço:

“Concurso para a elaboração do Plano Director Municipal da Ribeira Grande de Santiago”

Endereço: C.P. 02 – Cidade de Santiago de Cabo Verde/ Ribeira Grande de Santiago:

Nº fax: 267.1042

Os candidatos poderão solicitar por carta impressa, dirigida à entidade adquirente, quaisquer pedidos de esclarecimento que se relacionem com o concurso. Data limite para a solicitação de esclarecimentos é o indicado no calendário em anexo.

Objecto do Concurso

O concurso tem por objectivo elaboração do Plano Director Municipal da Ribeira Grande de Santiago com base Programa do Concurso

Inscrição

As inscrições serão realizadas através do site www.ams-planeamento.cv ou por carta de inscrição na Comissão Instaladora da Ribeira Grande de Santiago, pelo Coordenador da equipa concorrente.

O período de inscrição inicia na data indicada no calendário, efectivando-se com a apresentação da proposta.

Requisitos necessários à admissão dos concorrentes

Qualquer concorrente só pode apresentar uma única proposta.

A equipa concorrente é composta, pelo menos, por

- um urbanista
- um arquitecto
- um engenheiro civil
- um sociólogo
- um economista
- um arquitecto paisagista (ou ambiente)

A equipa tem um coordenador que é licenciado numa área acima referida, inscrito na respectiva ordem profissional em Cabo Verde, que se compromete para residir, durante o tempo da elaboração do presente plano, em Cabo Verde

Modo e condições de aquisição dos documentos do concurso

O Programa do Concurso é constituído pelo presente Anúncio e pelos Termos de Concurso (1), Termos do Contrato (2) tendo como anexo o Caderno de Encargos e os Termos do Plano (3), compostos por elementos escritos e gráficos necessários para apresentação das propostas.

O Programa do Concurso esta disponível em formato digital (em CD) na Câmara Municipal e no Gabinete do projecto EZA 2435 – Apoio à Associação dos Municípios de Santiago – Planeamento Municipal, Achada de Sº António, 12 rua da UCLA, 1º Andar, telefone 261 7809 sendo disponibilizado pela entidade promotora, até a data indicada no calendário, mediante pagamento de 5.000 ECV.

Modo de apresentação da proposta

A Candidatura será redigida em língua portuguesa e apresentada em dois invólucros separadas, opacos e devidamente fechados

- O primeiro invólucro (Documentos 1 e 2) é identificado com a designação do presente concurso e o nome “Referências”.

- O segundo invólucro (Documento 3) é identificado com a designação do presente concurso e o nome “Proposta financeira”.

- O conteúdo dos invólucros é definido no ponto (Documentos a acompanhar a proposta).

- O concorrente encerrará os dois invólucros num outro envelope opaco, fechado, contendo no canto superior esquerdo a identificação do concorrente e no rosto a menção de “Dossier de Candidatura – Concurso para elaboração do Plano Director Municipal da Ribeira Grande de Santiago”, e em baixo, a tinta vermelha, a frase “Abrir em acto Público de Concurso”.

Validade da Proposta

O concorrente vincula-se a sua proposta por um prazo de 120 dias, à contar da data limite para a sua apresentação constante no calendário do presente regulamento.

Local e prazo limite de entrega das propostas

As propostas devem ser entregues na Comissão Instaladora da Ribeira Grande de Santiago, até à data indicada no calendário. Propostas entregues fora do prazo serão excluídas. Não há lugar a um tempo de carência.

Os critérios de avaliação

Ponderação:

- Critério 1, Referências: 0-30 pontos
- Critério 2, Apresentação de Projectos de Referência: 0-30 pontos
- Critério 3, Proposta financeira: 0-40 pontos

Data e local do Acto Público

O Acto Público da abertura das propostas terá lugar na data referida no calendário, na Comissão Instaladora da Ribeira Grande de Santiago. A entidade adquirente poderá, mediante aviso prévio aos concorrentes que adquiriram os documentos do concurso, estabelecer outra data para o acto público.

Anulação do Concurso

A entidade adjudicante reserva-se o direito de anular o presente concurso, sem que isso dar lugar a qualquer direito de indemnização dos concorrentes.

A entidade promotora não garante indemnização pela elaboração dos documentos do concurso

Normas Aplicáveis

O candidato seleccionado deverá ter em conta todas as disposições legais, instruções, normas ou recomendações vigentes para a elaboração dos planos de ordenamento e estudos urbanísticos.

Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pelo Comité de Adjudicação, sem prejuízo de recurso para a entidade responsável.

Calendário

Descrição	Data inicial	Data final	Hora
Anúncio do Concurso	04/04/2008	11/04/2008	
Período de Inscrição	04/04/2008	18/04/2008	
Pedidos de esclarecimento	04/04/2008	18/04/2008	
Sessão de esclarecimento		21/04/2008	10H00
Prazo de entrega das propostas		23/04/2008	10H00
1ª Sessão de Avaliação		28/04/2008	11H00
2ª Sessão de Avaliação		02/05/2008	10H00
Início dos trabalhos		___/05/2008	



MORADIAS ECONÓMICAS NA BOA VISTA

Polícias ainda aguardam as chaves

Quase dois meses depois de serem inauguradas, as moradias económicas para agentes da Polícia Nacional, destacados para a ilha da Boa Vista, continuam desabitadas. Construídos pela autarquia boavistense para minimizar os problemas habitacionais dos funcionários do Estado, os 16 apartamentos estão a dar muita dor de cabeça às autoridades envolvidas. A polícia diz que o sistema “burocrático” de aluguer adoptado pela Câmara está a atrasar a mudança do seu pessoal, enquanto que a edilidade aponta o dedo para a própria polícia local.

Há tempos que a Boa Vista passa por problemas habitacionais que têm impedido vários quadros de optarem por ir trabalhar naquela ilha. Para pelo menos minimizar o problema, a Câmara Municipal resolveu construir 16 moradias económicas para albergar os agentes policiais em serviço na ilha. Só que depois de estarem prontas há quase dois meses, os polícias continuam a aguardar a entrega das chaves das suas novas casas.

A polícia diz que o sistema de aluguer adoptado pela CMB está a atrasar a mudança do seu pessoal para os novos apartamentos. De acordo com o subcomissário João Santos, a autarquia está a assinar contratos directos com os agentes, o que “*dificulta a agilidade do processo. Penso que o contrato deveria ser com a Direcção da Polícia Nacional, para não termos problemas no caso de alguém se desvincular da Polícia ou então*

ser destacado para outro lugar”.

Por outro lado, salienta João Santos, o número de apartamentos (11) disponibilizado pela edilidade não resolve o problema. “*Temos neste momento 14 elementos sem contar os agentes de outra corporação como guardas-fiscais e polícia marítima. Isso não vai resolver o nosso problema. Com os novos formandos esperamos um reforço de pelo menos 10 polícias*”, explica.

O chefe de Esquadra da Boa Vista diz que, com a chegada de novos elementos à sua corporação, vai necessitar de novos apartamentos. “*Vamos fazer uma proposta de preço à CMB para ver se disponibilizam os CMB T3, para que esses elementos possam viver em república*”, avança. João Santos também põe o problema dos agentes com mulher e filhos, a quem segundo afirma, um apartamento do tipo T1 não basta para albergar uma família de mais de duas pessoas.

Contactado, o edil José Pinto Almeida diz que o contrato tem que ser feito directamente com os agentes pois são eles que vão pagar o aluguer. Sobre a informação de que terá disponibilizado 11 dos 16 apartamentos originalmente destinados aos polícias, o autarca contrapõe afirmando que a Câmara só reservou um apartamento para dois funcionários seus. Quanto à lentidão do processo de entrega das chaves das moradias, Pinto Almeida considera que os agentes teriam que entregar ao banco uma declaração autorizando o desconto do montante

do aluguer directamente nos seus salários, o que até agora apenas uns poucos agentes fizeram. “*Ainda estamos a aguardar. Temos que reunir todas as peças do processo antes de entregar as casas aos polícias*”.

O presidente diz ainda que os moradores dessas casas para polícias terão que fazer o contrato de energia e água com a Electra para que possam lá morar. E no caminho vai avisando que a CMB não tem obrigação nenhuma de fazer moradias económicas para os polícias. Mais informa que o governo não contribuiu para a construção dos 16 apartamentos.

E enquanto persiste o impasse, os policiais da Boa Vista continuam a ocupar as suas velhas casas, cujo terreno onde se encontram implantadas foi há muito vendido pela Câmara. E foi em troca desse terreno que a CMB construiu as casas, para que os agentes desocupassem o local sem muitas delongas. E não é o que está a acontecer, e andam de certeza a atrapalhar os planos da CMB como do próprio proprietário do terreno onde vivem actualmente.

Refira-se que as 16 moradias fazem parte da primeira fase do projecto. Em Fevereiro, a CMB lançou a primeira pedra para a construção de mais 32 apartamentos económicos para funcionários do Estado. A autarquia quer ainda construir mais de 100 moradias, através de uma parceria assinada com a construtora Armando Cunha.

Sílvia Frederico

PORTO NOVO

Despedidos esperam há três anos por um pronunciamento do STJ

Asentença proferida pelo Tribunal da Comarca do Porto Novo em Novembro de 2005, que condenou a Câmara Municipal a reintegrar as 13 varreadeiras do município nos seus postos de trabalho bem como a pagar as retribuições correspondentes, acabou por ser mais uma novena na vida das vítimas. É que o fim que parecia favorável ao grupo foi alongado pelo recurso da CMPN ao Supremo Tribunal da Justiça. Volvidos quase três anos, o STJ ainda não se pronunciou e as varreadeiras estão a enfrentar grandes dificuldades económicas.

Quase três anos depois do Tribunal do Porto Novo ter proferido a sentença sobre a acção declarativa emergente do contrato de trabalho intentada pelas varreadeiras da Câmara contra o município e que condenou o réu, no caso a autarquia representada pelo seu presidente Amadeu Cruz, a reintegrar essas funcionárias nos seus postos de trabalho, com a antiguidade que lhes pertencia, estas ainda não viram a cor do dinheiro que deviam receber. O Tribunal sentenciava a Câmara Municipal do Porto Novo a pagar às varreadeiras os salários vencidos, contados desde 1 de Julho de 2004, data em que foram despedidas sem justa causa, e os salários vincendos até à sua reintegração nos seus postos de trabalho.

Entretanto, caso obstasse à reintegração, a CMPN deveria pagar a essas varreadeiras da área urbana do município os salários vencidos e vincendos, bem como uma indemnização de cerca de três milhões

de escudos, montante que seria distribuído pelas funcionárias em função da antiguidade nos seus postos de trabalho.

Apesar da clareza desta sentença e das varreadeiras terem entre cinco e 22 anos de trabalhos prestados ao município, em regime de efectividade, a Câmara Municipal do Porto Novo decidiu recorrer da decisão do Tribunal da Comarca do Porto Novo. E hoje, decorridos quase três anos, as vítimas ainda aguardam a deliberação do STJ. Enquanto isso, sem emprego e sem dinheiro, ao que conseguimos apurar, essas mulheres-chefes de família estão a enfrentar grandes dificuldades para suprir as suas necessidades básicas.

Ao **A Semana**, o advogado do grupo, Armindo Cruz, confirmou que está a par das dificuldades por que passam as varreadeiras, mas que nada pode fazer, excepto solicitar mais celeridade ao STJ. “*É uma causa que ganhamos, mas a Câmara Municipal decidiu recorrer ao STJ. Infelizmente, já estamos a caminhar para três anos e o processo não conhece qualquer desenvolvimento*”, informa Armindo Cruz, com desalento. O advogado acha que nesta fase, não se pode fazer mais nada. “*Lamentamos que estas pessoas estejam a passar por dificuldades. Eu, no meu caso, fiz o que pude para as ajudar, inclusive dei-lhes essa assistência gratuita, mas não posso pressionar o Supremo*”, remata o causídico.

Constância de Pina

CRP-SA assinou contratos a rondarem 45 mil contos em 2007

O Conselho Regional de Parceiros de Santo Antão (CRP-SA) assinou com os seus 71 membros, dos três concelhos da ilha, contratos cujos montantes atingiram o valor exacto de 43.183 contos. Dinheiro esse investido em habitação social, saneamento básico, actividades geradoras de rendimento, transporte escolar e abastecimento de água.

Os dados do CRP-SA mostram que a área prioritizada nas actividades de 2007 foi a da construção e recuperação de moradias sociais. Mais de 70% dos 43 mil 183 contos foram investidos nesse sector. Deste montante total, o concelho da Ribeira Grande beneficiou de 24 contratos que totalizaram quase 18 mil contos; os membros do Porto Novo assinaram 9 contratos que atingiram uma soma de 13 mil 809 contos; e no Paul os investimentos aproximaram-se dos nove mil e 500 contos.

A área do saneamento básico recebeu 12% do montante investido; o transporte escolar, 5%; as actividades geradoras de rendimento, 10%; o abastecimento de água ficou com 2%. Segundo responsáveis do CRP-SA, os valores foram distribuídos de acordo com as preocupações apresentadas pelos membros da organização.

José Manuel Pires Ferreira, presidente do Conselho Directivo do CRP-SA, disse estar “*satisfeito com os resultados obtidos nalguns domínios da luta contra a pobreza em Santo Antão, não obstante outros constrangimentos*”. E para ultrapassá-los, o CRP pretende “*dinamizar o empreendedorismo, explorar de forma rentável o potencial de riqueza latente e ampliar o leque de oportunidades sociais*”.

A tarefa é, contudo, difícil e por isso mesmo deve ser bem definida, como faz questão de realçar Pires Ferreira. “*As intervenções têm de ser cada vez mais programadas de forma realista e integrada, baseadas nas vertentes fundamentais deste fenómeno: a pobreza material, a sócio-cultural – que lhe é adjacente – e a comportamental*”. Existem alguns problemas que têm efeitos transversais nesta luta, e aqui o administrador destaca a baixa organização da produção, a ausência de crédito, a baixa formação profissional e a deficiente assistência técnica.

Talvez por este motivo o presidente da mesa da Assembleia-geral, Domingos Lopes, tenha apelado aos membros do CRP-SA para que façam uma reflexão “*profunda e urgente sobre a discrepância entre o sistema de educação na ilha e as necessidades reais do seu desenvolvimento*”. O relatório anual daquela organização deixa claro, aliás, que um dos factores que afectam a materialização dos programas da luta contra a pobreza é o baixo nível de formação profissional dos jovens na ilha de Santo Antão.

O CRP-SA gere essencialmente recursos provenientes do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP).

ACIDENTE MORTAL NO CALHAU

Mãe quer saber quem conduzia o jipe



Inconformada com a morte do filho, ocorrida no dia do seu aniversário, Neusa Lopes quer saber quem estava ao volante do jipe quando Jimmy se despistou na estrada de Calhau. Quatro dos cinco passageiros perderam a vida.

Mãe de Gilson Ramos, uma das quatro vítimas mortais do acidente de viação ocorrido na passada sexta-feira na estrada de Calhau, Neusa Lopes vai pedir à secção de Trânsito da Polícia Nacional para apurar quem, “na realidade”, estava a conduzir o jipe de Jimmy na hora do desastre. Para Neusa Lopes, quem estava sentado ao volante era Manuel Neves, o único sobrevivente do despiste, e não o seu colega Adilson da Cruz, falecido no local do acidente. Ela pura e simplesmente não acredita que alguém pudesse sair praticamente ileso de um acidente tão brutal, ainda mais estando sentado ao lado do condutor.

“*Para mim, ele é que estava a conduzir. Quando se apercebeu da iminência do acidente, saltou do carro e abandonou o resto do pessoal nas mãos de Deus*”, comenta Neusa Lopes, que viajou da Itália mal foi informada do acidente. Mesmo assim, só soube da morte do filho quando chegou a S. Vicente.

“*O meu filho ficou praticamente esfacelado. O carro ficou todo amolgado, os passageiros da parte de trás foram projectados para a rua e ele que estava ao lado do condutor não fracturou sequer uma perna? Para mim, esta estória está mal contada e quero esclarecer as minhas dúvidas*”, desabafa a mãe de Gilson Ramos, um jovem que, por ironia do destino, completava 27 anos no dia do acidente. Aliás, Gilson estava em casa a preparar a sua festa de aniversário quando foi abordado por Adilson e Manuel para irem “*tomar uma cervejinha*”. Na altura, segundo Zoraida Ramos, irmã do aniversariante, nem a Sandra Rodrigues nem a Raquel do Rosário, as outras vítimas mortais, estavam dentro do carro.

“*Acabava nesse instante de temperar as galinhas que íamos usar numa assada, quando chegaram e convidaram Gilson para sair. Convidaram-me também para ir com eles, mas neguei. Um deles, o Manuel, desceu do carro, pegou-me pelo braço e disse-me para entrar. Felizmente que neguei*”, conta Zoraida, sem jamais

pensar que seria o último momento em que via o seu irmão mais velho com vida. Horas depois, a notícia chegava que nem uma bomba na zona da Ribeira Bote, localidade onde residiam três das quatro vítimas mortais: Gilson, Sandra e Raquel.

EXCESSO, ÁLCOOL E IMPERÍCIA

Ao entrar na última curva de Calhau, um desvio suave e com boa visibilidade, o jipe Jimmy circulava a alta velocidade, transportando cinco jovens no seu interior. A polícia tem a certeza absoluta, pelos vestígios deixados no terreno, que o carro estava a mais de cem quilómetros por hora, nesse instante. O despiste foi brutal: o carro percorreu quase quarenta metros em cambalhotas, embateu num poste de madeira – que ficou quebrado – e continuou o seu trajecto por mais trinta metros. Pelo caminho, “*cuspiu*” os passageiros, quatro dos quais acabaram por falecer, vítimas de traumatismos. Apenas um deles, Manuel Neves, conseguiu escapar praticamente ileso. Sandra Rodrigues foi ainda transportada com vida para o hospital Baptista de Sousa, mas acabou por falecer no dia seguinte.

Esse acidente foi fatalmente provocado. Como confessou Manuel Neves, em declarações à imprensa, ele e o amigo Adilson da Cruz, o condutor do veículo, passaram o dia a vadiar de carro entre a cidade, S. Pedro, Lazareto e Calhau, “*tomando algumas cervejas*”. Durante esse tempo, Neves reparou que o amigo estava a conduzir de forma imprudente, com algum excesso de velocidade. Adianta mesmo que, a dada altura, chegaram a dar boleia a duas mulheres e que uma delas pediu para descer do carro, por uma questão de prudência. Nem mesmo esse aviso precaveu os dois.

INSEPARÁVEIS ATÉ NA MORTE

Por detrás desta fatalidade, existem estórias arrepiantes. Uma delas é o facto de Gilson Ramos ter morrido exactamente no dia do seu aniversário, poucos minutos depois de ter recebido os

parabéns, por telefone, da sua mãe, residente na Itália. Gilson é o mais velho dos quatro filhos de Neusa Lopes e foi criado pela avó. Estava a preparar a sua festa quando concordou em ir “*tomar uma cervejinha*” com os amigos. Entrou no carro da morte...

Quanto a Raquel do Rosário, a mãe dela morreu queimada, após imolar-se, quando ela tinha dez anos de idade. Os familiares nunca souberam os motivos que provocaram esse terrível suicídio.

Raquel e Sandra eram que nem “*Pinha e Cantai*”, como se costuma dizer em S. Vicente, e muitas vezes afirmaram, a brincar, que haveriam de morrer juntas, talvez já velhinhas. As duas tratavam-se que nem irmãs de sangue mas passavam a vida a discutir uma com a outra. Curiosamente, elas estavam no meio de mais um dos seus habituais desentendimentos quando foram convidadas para irem dar uma volta até Calhau. Foi a última viagem que fizeram, juntas, em vida. Mas, verdade seja dita, foram inseparáveis até na morte.

Os acidentes rodoviários andavam praticamente banidos da estrada de Calhau, nos últimos tempos. Segundo Irlando de Pina, chefe da secção de Trânsito da PN no Mindelo, havia tempos que nada de ruim acontecia por esses lados. Os dados estatísticos da PN apontavam mesmo para um extenso período de acalmia nas vias da ilha de S. Vicente. “*Em todo o meu tempo de polícia, é a primeira vez que acontece um acidente em que morre tanta gente. Dos cinco passageiros, apenas um sobreviveu*”, realça Irlando de Pina, que não descarta a hipótese da PN reabrir a investigação do acidente, caso seja essa a vontade dos familiares de uma das vítimas. Sublinha, no entanto, que algumas testemunhas abordadas pela PN confirmaram que Manuel Neves não estava a conduzir na hora do acidente. “*As testemunhas garantem que ele estava do lado do condutor e que foi o único que ficou dentro do carro*”, acrescenta o chefe de Trânsito da PN, adiantando que o processo do acidente já foi remetido ao Ministério Público. Para a Polícia, o excesso de velocidade, a imperícia e a ingestão de bebidas alcoólicas estiveram por detrás do desastre.

KzB

Parque de estacionamento na Escola da Capelinha tira sono à vizinhança

A “*improvisação*” de um parque de estacionamento por parte da Escola Capelinha, que viu nisso uma fonte de rendimento, está a causar transtornos aos moradores que vivem nos arredores desse estabelecimento de ensino. Os residentes alegam que os automobilistas que ali parqueiam as suas viaturas não respeitam o horário de entrada e saída, perturbando assim o seu descanso.

Os moradores das imediações da Escola Capelinha, na Fazenda, estão descontentes com a direcção daquele estabelecimento de ensino devido aos constantes incómodos que os automobilistas lhes vêm causando com as buzinas e outros barulhos inconvenientes quando chegam a desoras para parquear os seus carros.

De acordo com testemunhas que vivem este problema no seu quotidiano, os taxistas, que são os maiores utentes do espaço, recolhem os seus carros à hora que lhes convém. Além disso, não hesitam em usar de buzina quando bem lhes convier, mesmo sabendo que perturbam o descanso dos vizinhos da Escola.

Segundo relata um residente, acima da meia-idade, a situação já se arrasta há algum tempo e até hoje não mereceu nenhuma atenção da administração da escola. “*Já estamos cansados de apelar aos responsáveis da escola*”, afirma um dos moradores ao A Semana. “*Uma vez levantei-me por volta das 3 horas da madrugada, para chamar a atenção a um taxista que estava a buzinar sem parar e ele ameaçou-me de morte com um pau que arrancou ao guarda*”.

Ainda segundo a mesma testemunha, a sua mulher foi vítima de um ataque cardíaco na madrugada de quarta-feira, 26 de Março, na sequência do barulho protagonizado pelos taxistas que acorrem frequentemente ao parque, pela noite adentro, até de manhãzinha. “*O problema não é estacionarem as viaturas naquele local, mas que respeitem o descanso dos outros, nomeadamente daqueles que voltam à casa para repousar, depois de um dia de trabalho. Eu não acredito que os mesmos se sentiriam satisfeitos se alguém perturbasse o seu descanso*”, refere.

Mas o problema da poluição sonora não se

resume apenas às buzinas, de acordo com os residentes ouvidos por esta reportagem. Acelerações desnecessárias que causam ruído nos escapes dos automóveis também acontecem, sobretudo, nas primeiras horas da manhã. Esta prática, considerada por alguns condutores como uma forma de aquecer o motor da viatura, perturba no entanto os vizinhos de Escola Capelinha que vivem com o barulho dia e noite sem parar.

Contactado por este periódico, o gestor da Escola da Capelinha, Manuel Lima, se recusou a falar do assunto, afirmando de viva voz: “*Não tenho nada a dizer à imprensa sobre este caso*”.

A Semana contactou, entretanto, a Polícia de Trânsito (PT) que disse não ter recebido qualquer denúncia nem dos moradores nem da escola. “*Tratando-se de um espaço privado, só podemos intervir se os responsáveis da Escola ou os vizinhos desta nos solicitarem providências, por escrito*”, esclarece.

Abordado por A Semana, o director do património e equipamentos educativos

do Ministério da Educação, PEEME, Abel Mendonça, mostrou-se surpreendido com o facto de uma escola pública servir de porque de estacionamento a taxistas e particulares. E, pior, uma escola ser um pólo perturbador na sua comunidade, violando inclusive o código de postura Municipal. Mendonça diz que nunca ninguém o informou sobre o que se passa na Escola da Capelinha.

Como explica, diante da denúncia, caso se apurar que de facto existe uma anarquia na gestão daquele espaço situado num estabelecimento de ensino, o Ministério da Educação, através da Delegação de Educação da Praia, irá intervir de modo a devolver a tranquilidade aos moradores daquele ponto da Fazenda. “*Normalmente o gestor da escola é que administra este tipo de actividade e em conformidade com determinadas normas. Caso notarmos que há má gestão do espaço ou que existem reclamações da vizinhança serão tomadas as devidas medidas porque se trata de uma escola com fins educativos*”, garante.

Edgar Jorge



Assalto encapuzado: A nova onda de crime

Nos últimos meses, a nova moda da “galera do mal” é praticar assaltos encapuzados à mão armada. Na Praia, como no Sal, a polícia já tem em mira alguns desses meliantes.

Na semana passada, três jovens assaltaram uma loja em Tira-Chapéu. Os meliantes usaram capuzes e revólveres para intimidar o vendedor. Dois dias depois outra loja foi assaltada na Achada Santo António, com o mesmo “modus operandi”.

Suspeita-se que um dos assaltantes seja um cliente assíduo da loja. O rapaz, conforme o apurado por **A Semana**, esteve na loja horas antes. Os outros dois ladrões também visitaram o estabelecimento, cerca de meia hora antes do acontecido, com o pretexto de que queriam comprar algum produto.

Depois de identificar todos os artigos que queriam levar, diz uma fonte deste jornal, os dois assaltantes mudaram de vestuário e regressaram encapuzados com três armas, enquanto o terceiro elemento ficava na esquina a controlar a situação. “Encostaram o vendedor à parede e com uma pistola apontada à cabeça do rapaz pressionaram-no a entregar tudo o que queriam”, conta a nossa fonte.

Os ladrões levaram vários artigos, entre eles, sapatilhas de marcas caras, sapatos, t-shirts, várias peças de roupa e uma quantia de 16 contos. “De alguns sapatos só levaram um pé, porque a loja não coloca pares completos”.

Dois dias depois do ocorrido, soube **A Semana**, um videoclube na Achada de Santo António também foi assaltado por encapuzados. Levaram

perfumes e dinheiro do aluguer de filmes e do telefone público. E ao que consta outras casas comerciais têm sofrido assaltos do tipo nos últimos meses na cidade da Praia, e até em outras ilhas (ver caixa).

De referir que todos os casos de assalto a estabelecimentos estão sob investigação da Polícia Judiciária. Esta e a razão por que nem a PJ nem as vítimas querem revelar pormenores sobre essas ocorrências.

SUSPEITOS DE ASSALTO À MÃO ARMADA DETIDOS NO SAL

Dois jovens que efectuaram um assalto à mão-armada na ilha do Sal, no passado mês de Fevereiro, foram descobertos esta semana e levados perante o juiz para validação da prisão.

Os meliantes, originários da ilha de Santiago, entraram de rompante numa loja por volta das 19 horas, apontaram uma pistola à cabeça da única funcionária do estabelecimento e roubaram aquilo que podiam: dinheiro, telemóvel e recargas de cartão Grilo.

Como os assaltantes actuaram encapuzados estava a ser bastante difícil para a Judiciária descobrir o seu paradeiro. Mas, decorridos dois meses, cometeram um deslize, que a PJ nega revelar, e foram capturados. Os dois já eram procurados por outros assaltos cometidos na ilha e agora vão aguardar julgamento sob prisão preventiva.

PN encontra arma da corporação depois de jovem se suicidar

A Polícia Nacional encontrou no dia 15 do mês passado uma Walter - arma de fogo normalmente usada pela corporação - junto do cadáver de um homem que supostamente se suicidou na sua casa, em Achada São Filipe. Suspeita-se que a arma tenha sido perdida por algum agente policial. O que, a ser verdade, comprova que a corporação não está isenta de culpa nessa propagação de armas pela cidade-capital do país.

Bartolomeu Semedo, 30 anos, pedreiro, segundo a viúva, pôs termo à vida depois de disparar dois tiros para o tecto da sua casa com uma Walter, arma esta normalmente atribuída aos agentes da PN. Em seguida, diante da mulher, atirou em si próprio, na cabeça.

A polícia, no entanto, acredita que a Walter utilizada por Bartolomeu seja apenas uma entre algumas armas “perdidas” no seio da corporação, embora a sua referência não coincida com as armas dadas como desaparecidas.

E, nesta caça às armas, que andam “em pagai” pela cidade da Praia, ainda no mês de Março, a PN apreendeu cinco pistolas de 6,35 milímetros em Ponta d’Água e São Filipe, quando bandos rivais pretendiam enfrentar-se numa briga. Na altura, um jovem armado foi neutralizado, quando brigava com um militar que estava à paisana.

De acordo com Alberto Mendes, comandante da esquadra de São Filipe, na sequência de uma rusga efectuada na passada sexta-feira, 28, foram também apreendidas 22 armas brancas na posse de jovens que, presume-se, se preparavam para praticar agressões e assaltos na via pública.

Na patrulha que durou 2 horas e aconteceu em São Filipe, Ponta d’Água, Achadinha Pires, Safende, Calabaceira, Vila Nova, Moinho e Lém-Cachorro, a PN retirou aos supostos criminosos quatro catanas, um machado, nove facas, sete navalhas, dois punhais e um embrulho de Cannabis Sativa, vulgo padjinha. Trinta e cinco indivíduos foram detidos por posse de armas brancas, dos quais seis foram presos por protagonizarem desordem em plena via pública.

“Alguns jovens detidos nos diferentes bairros encontravam-se encapuzados em locais pouco iluminados. No grupo, um deles estava armado com uma pistola de calibre 6,35 milímetros. Este foi apresentado no domingo ao tribunal da Praia pelo serviço de piquete”, explica Alberto Mendes.

Há menos de um mês à frente daquela unidade policial, depois de ter estado na esquadra da Achada Santo António, Mendes considera São Filipe uma zona “aparentemente calma”, e chama a atenção para a Vila Nova e Safende, onde a delinquência juvenil está implantada. “Safende já começa a constituir uma preocupação, porquanto, se formos ver, a maior parte das armas brancas foram apreendidas nesse bairro”, afirma.

Diante dos confrontos protagonizados por grupos rivais na Vila Nova, aquele responsável adiantou a este semanário que a patrulha será reforçada. Uma medida de urgência, esta, devido aos conflitos que têm feito vítimas colaterais. “A PN naquele bairro periférico está atenta e preocupada”, refere Alberto Mendes, “com a presença de indivíduos fortemente armados na rua. Eles estão instalados em diversos pontos da periferia da Praia”.

Há uma explicação para os constantes confrontos na Vila Nova, segundo aquele responsável: os diferentes grupos de marginais, thugs habitam o bairro ou imediações. E não poucas vezes procuram estabelecer o seu domínio, delimitar o seu território. Ao bando que ousar transpor essa fronteira o bando rival faz-lhe pagar pela afronta, sob pena de ele próprio perder autoridade sobre o seu território e deixar de o dominar.

Para aquele responsável da PN, o combate à delinquência juvenil na Vila Nova passa pela adopção de estratégias que visam identificar os presumíveis autores dos crimes através de patrulhas surpresa e à paisana, para “não espantar as presas”.

Edgar Jorge

PORTO NOVO:

Delegacia de Saúde sem condições para amortilhar corpos

A Delegacia de Saúde do Porto Novo não tem condições para amortilhar corpos. Os familiares são obrigados a tratar dos seus mortos, em casa, mesmo quando o óbito ocorre no hospital. Uma situação que a delegada de Saúde, Emília Monteiro, reconhece ser traumatizante para os familiares mas que os serviços de Saúde do Concelho não podem ainda resolver por falta de meios.

Na cidade do Porto Novo são os familiares que amortilham os seus entes queridos. Não por tradição, mas sim por falta de condições na Delegacia de Saúde do Concelho. A situação, que já se tornou corriqueira, veio à baila no fim-de-semana de Páscoa, quando aconteceu o acidente de viação em Ribeira das Patas que vitimou três jovens, todos da localidade de Lajedos.

Os corpos dos jovens foram transportados para a delegacia ainda de madrugada. De manhã, os familiares foram informados que os mesmos teriam de ser amortilhados em casa porque a delegacia não tem condições para o fazer.

Essa situação causou algum constrangimento no seio de alguns familiares que, pensando tratar-se de falta de pessoal, saíram à procura de pessoas que os pudessem ajudar a amortilhar os corpos. “Nós trouxemos os corpos porque pensámos que iam ser amortilhados aqui. Caso contrário, não os teríamos trazido” desabafa um portonovense, indignado por ver o corpo do familiar a ser transportado numa carrinha de caixa aberta. “É uma tristeza ver um corpo de um jovem ser transportado embrulhado num lençol”.

Uma situação que, para além de ferir a dignidade do ser humano, põe em causa a própria saúde pública. “Nós sabemos que em casa não temos as condições ideais para fazer esse tipo de trabalho. Não há nenhuma segurança” acrescenta o familiar.

A delegada de Saúde, Emília Monteiro, confirma a falta de condições, mas garante que nunca a saúde pública foi posta em causa. “No caso concreto dos sinistrados do acidente de viação foram feitos os procedimentos adequados. Em nenhum momento, a saúde pública esteve em risco uma vez que se fez a protecção das feridas e das fracturas”. E quando se trata de um doente que tenha falecido vítima de doença infecto-contagiosa, garante a médica, o procedimento é diferente. “Nestes casos é o hospital que amortilha o corpo, numa sala isolada”.

Emília Monteiro reconhece que é uma situação traumatizante para os familiares, mas realça que a falta de meios não permite que a Delegacia do saúde cumpra esta função. “As pessoas exigem melhores condições, porém não querem contribuir. E a delegacia não tem condições financeiras para fazer tudo ao mesmo tempo. Neste momento, a nossa prioridade é melhorar as condições de atendimento no serviço de urgência. Eu acho desumano um doente ter que aguardar a vez para ser atendido na rua”, explica a delegada.

Enquanto se espera pela remodelação do banco de urgência, os familiares terão que continuar a amortilhar os seus entes queridos, com ou sem condições, com mais ou menos coragem.

Raquel Mendes

Mindelo: Mais e melhor Segurança

Sendo uma ilha/cidade, pela sua orografia circular e concentração populacional, no passado recente São Vicente foi a ilha do Arquipélago mais cosmopolita no caldeirão da Caboverdianidade. Embora a penúltima ilha a ser povoada, graças à sua **baía e porto** conheceu um grande desenvolvimento Marítimo/Portuário do País e da própria Costa Ocidental Africana. Escritores, poetas e músicos tiveram como fonte de muita inspiração saídas de dentro da alma crioula frases típicas do dia a dia de Mindelo como: “*Soncente na quês tempo*”, “*Gote de Mane Jom, tá engordá na gemada*”, “*Tempo de Canequinha*” etc, etc.

Apesar da miscelânea Mindelense, com gentes de todas as ilhas e povos de vários quadrantes do planeta e de nacionalidades diferentes que trabalhavam, escalaram e aportaram no encanto da Baía do Monte Cara, São Vicente cresceu rápido em todas as esferas da vida social, diferente do resto das outras ilhas, pois que nos dias de hoje com o advento do **turismo**, o país inteiro passa por experiência idêntica, principalmente Sal, Boavista e Santiago.

No entanto com a dinâmica do desenvolvimento da altura, São Vicente foi sempre uma ilha **segura** em todos os domínios, já que vivíamos sob domínio colonial e a potência administrativa possuía uma grande frota militar “*Terrestre e Marítima*”, até pensava-se que se vivia **em estado permanente de emergência**, sem contudo ter registado algo de muito anormal entre os militares e a Sociedade Mindelense, a não ser um outro caso isolado, principalmente após o 25 de Abril de 74 com a queda do regime Fascista de Salazar, com incrementação da luta política nas ilhas em que São Vicente aproveitando da sua hegemonia aderiu totalmente à causa da Independência Nacional. Com as manifestações de rua por parte de estudantes e da sociedade civil quase que diariamente, percorrendo todas as zonas periféricas da Cidade e que terminavam sempre com “Saraus musicais” e “*comícios políticos*”, a proclamação da Ribeira Bote como a 1ª Zona Libertada de Cabo Verde e a tomada popular da Rádio Barlavento além de outras iniciativas menos discretas, foram sem dúvida momentos importantes e decisivos que culminou a 05 de Julho de 75

com a proclamação e autodeterminação de País soberano.

Com os destinos nas nossas próprias mãos e instituída a 1ª República eminentemente Nacional e c/ o apoio dos parceiros tradicionais do país e da simpatia Internacional para com o Arquipélago e do seu abnegado povo, desde o primeiro momento verificou um dinâmica de desenvolvimento sócio-económico de C.V. em todos os domínios. São Vicente continuou sendo uma ilha segura, apesar de nesta altura ser a parcela do território nacional mais desenvolvido e logicamente com maior **índice de criminalidade** em Cabo Verde. Com o desenvolvimento da Praia, capital do país e de Santiago-ilha mãe e maior do arquipélago, e do Sal, com o seu Aeroporto de excelência, ilha pioneira na **indústria do turismo**, São Vicente viu o seu protagonismo a entrar em decadência em quase todos as esferas sociais. Mas em termos de **segurança interna** e de **combate à criminalidade e incivilidade social**, Mindelo deve ser um exemplo a seguir, com a criação de mais duas Esquadras Policiais, o da Fonte Inês e de Monte

Sossego em 2005 e a criação do serviço de Piquete em 2007 a incutir no seio da sociedade civil o sentimento de segurança e tranquilidade públicas. Nessa matéria quase tudo corre a favor da ilha da morabeza: uma Polícia Nacional e Judiciária, bem estruturada, organizada e actuante, o Tribunal Judicial e a Procuradoria da República funcionais fazendo o seu melhor, agindo em tempo útil e em consequência, com as boas relações institucionais e de cooperação mútua entre as forças, pela segurança e justiça da ilha, bem como uma população ordeira e consciente das suas responsabilidades.

São Vicente para além de ser um exemplo a seguir, como é lógico a cada ilha, a cada concelho à sua dimensão e realidade local, é sobretudo uma receita de “*ramédio santo*” para a cura do **clima de insegurança** que querem fazer escola nas ilhas fantásticas e afortunadas que a comunidade **Turística Internacional** quer descobrir e conhecer, em nome da (in)segurança não podemos perder essa **grande oportunidade**, rumo à independência económica da Nação.

D. & F.

TACV na ordem do dia



JOÃO SILVESTRE ALVARENGA

1. A situação actual da TACV ilustra não a força de um homem (seu director geral) mas, a fraqueza de toda uma nação que não consegue ter o seu clamor atendido. A sociedade exige agora explicações do Sr. Ministro da tutela, sobre o que está passando na

companhia.

2. O DG está dando sinais claros de fraqueza e incapacidade em fazer cumprir rotinas e objectivos básicos de seus colaboradores como, por exemplo, cumprir escala, “*transportar uma peça de avião dos EUA*”, a história do “*beber uma cerveja*” (ver, http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=30881).

3. Não se espera de um gestor a infalibilidade no desempenho das suas funções, porém, o volume e a gravidade das recorrentes falhas são tantas que justifica perguntar se a gestão não foi transformada em transtorno?

4. Do gestor é esperado a solução de problemas e a apresentação de resultados satisfatórios mas, quando ele fica aparecendo toda hora para dar explicações sobre o que não foi cumprido ou como não foi cumprido é porque há muita coisa errada por detrás.

5. O que representaria o bom funcionamento da companhia para os funcionários, para os clientes, para o desenvolvimento do turismo, para o Estado e sociedade

e para a imagem de Cabo Verde?

6. O mau funcionamento da empresa e a eventual tendência de desvalorização interessaria a quem numa futura privatização?

7. Como empresa pública, é direito legítimo de todos os caboverdeanos obter dos seus gestores ou de quem os indicar a prestação de contas de suas ações e omissões.

8. O DG não pode querer confundir a opinião pública de que um problema de má gestão deve ser lido como se fosse um problema político.

9. Não creio que os funcionários da TACV sejam todos profissionais excepcionais nem que a companhia não tenha outros problemas mas, me parece que o problema de gestão tomou conta da empresa nesse momento.

10. Entendo que se deva discutir abertamente todos os problemas que envolvam a empresa e os interesses de Cabo Verde e se tome a decisão mais ponderada que o caso exige.

joaostav@hotmail.com

DESABAFO

Desta feita os manhosos não conseguem e nem terão oportunidades de nos peneirar e de nos eliminar dos cadernos eleitorais, como tem acontecido aquando da preparação do processo das primárias no Concelho de São Filipe.

Pois, num país que julgamos ser democrático, não deverão existir obstáculos que impeçam qualquer cidadão de ter as suas ideologias políticas, de escolher o seu partido político ou de apoiar livremente um candidato em quem deposita confiança e que considera ser competente, capaz e impulsionador do desenvolvimento local, regional ou nacional!

Facilmente se pode verificar que os dirigentes do PAICV e da Câmara Municipal de São Filipe não têm a mínima ideia do que são a liberdade de expressão e a democracia e todos sabemos que fazem do partido e do município as propriedades deles. Estão desesperados e com muito medo que haja mudança e transformação para o desenvolvimento do Concelho e da própria ilha.

Caros patriotas, por outro lado, devo aqui expressar com toda a coragem e legitimidade, que os primeiros apoiantes à candidatura independente do Dr. Luís Pires foram alguns dos vossos deputados da nação e directores institucionais, que sempre nos empurraram para os órgãos da comunicação social e para o chefe do governo, a fim de manifestarmos o nosso descontentamento acerca do processo às primárias em São Filipe e, por conseguinte, hoje estão circulando pelas ruas do Fogo aos esquivos e não querem cruzar os seus olhos com os nossos, fingindo que são corpos estranhos.

Já regressamos à ilha natal, meus Camaradas! Os senhores devem relaxar-se e contar com a nossa luta justa a favor do concelho que nos pertence, rumo ao desenvolvimento que todos desejamos ter. “**Sol ma dja saí parma môm ka ta tadjal**”. Somos jovens quadros com qualificação e competências em vários

domínios, preocupados com a renovação e problemática do concelho de São Filipe, particularmente no seio da camada juvenil, que muito tem sofrido nos últimos quinze anos.

Camaradas! Esses anos em que estiveram empoleirados, constituíram um período mais do que suficiente para a criação de todas as condições capazes de minimizar o fluxo de jovens para outros pontos do país, asilando-se do desemprego. São centenas de jovens que terminaram o Ensino Secundário e que se encontram abandonados, de braços cruzados, deambulando pelas ruas, à espera das oportunidades. Tantos outros importantes quadros superiores que se encontram no estrangeiro e noutras ilhas do país, continuam dizendo que enquanto estais nas direcções do PAICV e da Câmara Municipal de São Filipe, não fixarão a residência na ilha porque não lhes oferecis condições mínimas para o exercício de funções nas mais diversas áreas e sectores profissionais.

É uma tristeza para nós todos, ouvir ou saber que a Ilha do Fogo é a segunda ilha mais pobre do país, através das informações que circulam nos jornais, nas rádios e na Internet. Mais lastimoso ainda é ver as pessoas com extrema pobreza em certas comunidades do Concelho e felizmente, nossa gente do Fogo é muito orgulhosa, não chora nem grita quando tem “**fomi ku mizéria txoka**”. Prefere morrer do que exigir seus direitos ou roubar coisas dos outros.

Para os senhores presidente da Câmara Municipal e 1º secretário do PAICV do Concelho de São Filipe, que fiquem esclarecidos e sem sombra de dúvidas, que São Filipe é o Concelho que nos viu nascer, criar, lutar... nos momentos mais difíceis. É o momento de cortarem as unhas e de entregarem o Município aos honestos. Os Sanfilipenses estão saturados da gestão monótona e vergonhosa da Câmara, pelo que merece

mudança e transformação para o bem-estar social das populações.

É imprescindível e insustentável, continuar a tolerar essa má gestão por incompetência e já estamos às alturas e com liberdade de dizer um “*basta*” às determinadas situações que desequilibrem o desenvolvimento do nosso concelho. E chega de votar num homem casmurro, teimoso e insensível, que só defende interesses de uma meia dúzia de pessoas! É momento de lutarmos para travar a corrupção e esbanjamento de bens do nosso município!

As populações estão sabidas e conscientes de que milhares de contos serão distribuídos agora, em louças sanitárias, sacos de cimento, arroz, óleo, milho, feijão... pela Câmara Municipal, tentando monopolizá-las. Essa quantia abriria centenas de postos de trabalho e cobriria as despesas na formação de dezenas e mais dezenas de jovens, quer no país, quer no estrangeiro.

Quando se diz que não há orçamento para apoiar os jovens na formação profissional, a promoção cultural de muitos talentosos e às instituições educativas, simultaneamente os cofres se abrem para financiar os estudos das namoradas e compra de bilhetes de passagem dos familiares e pessoas próximas desses ditos e malditos dirigentes.

Estamos todos esperançosos e cheios de optimismo que a partir de 18 de Maio de 2008, a Câmara Municipal de São Filipe, será pilotada por pessoa capaz, competente e com sensibilidade humana e ninguém melhor do que o Dr. Luís Pires poderá governá-la e fazê-la chegar ao bom Porto que todos almejamos e sonhamos.

A candidatura do Dr. Luís Pires está devidamente em condições de ganhar para avançar e nunca esqueçamos que esta figura foi o candidato mais votado nas eleições autárquicas de 2004.

São Filipe, Março de 2008.
Mário Celso Lobo-Professor

Sexta-feira, 28 de Março de 2008

Asemana

Carta do Leitor

Um Esclarecimento Necessário

A propósito do artigo “cidadão acusa o procurador da república de prepotente” tenho a esclarecer o seguinte:

Sou um jovem que, apesar de possuir uma formação superior, não me vanglorio porque somos todos iguais e sei respeitar os outros.

A verdade e a humildade são características que estão associadas à integridade e ao bom-nome do Homem, logo afirmo o que disse mesmo se tenho que reconhecer e pedir desculpas quando ofendo alguém.

Qualquer agente da administração pública ou privada que trabalha com o ser humano está na posição de o apoiar

na resolução dos conflitos que enfrenta no dia-a-dia.

O que não entendo é que as pessoas com boa posição na sociedade, exercendo cargos de grande responsabilidade, não são capazes de reconhecer os seus erros pensando que está a baixar a sua posição, pois, em Cabo Verde o que é mais difícil é pedir licença e agradecer quando é necessário.

Quanto à queixa-crime, com a verdade não temo a justiça, temo sim os seus agentes. Uma coisa é certa: este senhor [Procurador da República na Comarca do Porto Novo] não aceita o seu nome na praça pública, entretanto eu deveria ficar calado como um

“palhaço”.

Portanto, em vez de defender com ameaça deveria era reconhecer o erro porque é humano, sabendo que não

fui a primeira pessoa a ser escorraçado do seu gabinete nesse curto espaço de tempo.

Eduino Mota
29/03/08

SECTOR DO LOTO

Concurso N°2008/13 de 30 de Março de 2008

TOTOLOTO

Números Extraídos: 12 - 21 - 26 - 31 - 34 - 48

1.º Prémio.....6.099.488,50.....1.....6.099.488
2.º Prémio.....424.221,4017.....24.954
3.º Prémio.....636.332,10.....248.....2.565

Previsão para esta semana (Concurso n° 14 de 06-04-08)

TOTOLOTO

700 000\$00

JOKER

Número Premiado: 689452

1.º Prémio.....4.051.023,50.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....810.204,70.....0.....(JACKPOT)
3.º Prémio.....144.613,65.....9.....16.068
4.º Prémio.....241.022,75.....37.....6.514

JOKER

1.º Prémio 4 500 000\$00
2.º Prémio 900 000\$00

Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!